

O ministro dos Portos, Edinho Araújo, assinará hoje o contrato de dragagem para readequação da geometria do canal de acesso ao Porto de Rio Grande (RS). O consórcio formado pelas empresas Jan de Nul do Brasil e Dragabrás será o responsável pelo serviço.

portomar@atribuna.com.br

Porto & Mar

Atrasos em leilões geram prejuízo de R\$ 222 bi ao País

Estimativa leva em conta a projeção agrícola e a burocracia do governo

JOSÉ CLAUDIO PIMENTEL

DA REDAÇÃO

Ao menos R\$ 222,3 bilhões (US\$ 66 bilhões, na cotação de ontem) é o prejuízo calculado pela Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP) pela demora na liberação do arrendamento de três áreas no Porto de Santos e seis no Pará. A projeção tem como base o atraso de investimentos e os problemas com a burocracia.

A ABTP chegou ao valor depois de realizar um levantamento que envolve os números do agronegócio, o carro chefe das exportações brasileiras. Por ano, o Governo deixa de arrecadar R\$ 41 bilhões com o atraso, que já ultrapassa 18 meses.

As áreas de Santos destinadas à celulose e aos grãos gerariam R\$ 17 bilhões anualmente, com base nas projeções de movimentação estipulada pelo setor e pela União. Juntas, se já estivessem em operação, movimentariam mais de 10 milhões de toneladas por ano entre embarques e desembarques de mercadorias.

Todas as glebas pertencem ainda à primeira etapa do Pro-

Burocracia

“O Governo está jogando contra o desenvolvimento do próprio País. As próximas gerações vão sofrer”

Wilen Manteli,
presidente da ABTP

grama de Investimento em Logística (PIL) do Governo Federal. Somando as de Santos e do Pará, seriam aplicados R\$ 2,2 bilhões em infraestrutura pela iniciativa privada. No entanto, nenhuma área foi licitada, nem licenciada para que se iniciem a exploração.

O presidente da ABTP, Wilen Manteli, destrincha as etapas: um ano e meio para análise do Tribunal de Contas da União (TCU), mais dois para a autorização ambiental, e outro para a concorrência. “Tudo isso gera

uma média de cinco anos de atraso só para oito áreas. Imagina se fizermos uma projeção com tudo o que está errado?”.

Manteli não critica o atual ministro dos portos, Edinho Araújo, pelos problemas, pois acredita que ele, desde que assumiu a pasta, está realizando um trabalho que satisfaz a necessidade do setor. No entanto, trata-se de uma atuação individual, na visão do presidente da ABTP, já que a burocracia impede o planejamento do setor.

“Em Brasília, hoje, nós temos órgãos que atuam como se estivessem países diferentes. A Secretaria de Portos (SEP) está em um país, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq) está em outro, o TCU em um terceiro. Eles não parecem órgãos de um mesmo Estado, que deveriam ter o dever de ajudar o País se desenvolver”.

A crítica vai para o excesso de burocracia que, conforme Manteli, tem como resultado o afastamento de investimentos nacionais e estrangeiros em todos os setores, principalmente o portuário. Para ele, é preciso

Os três primeiros terminais a serem licitados



Macuco – Carga geral

Nome do terminal	STS07 - Macuco
Município	Santos
UF	SP
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 143,63 mi
Tipo de carga	Carga geral - celulose
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	1,82 milhão
Prazo de arrendamento	25 anos



Paquetá – Carga geral

Nome do terminal	STS36 - Paquetá
Município	Santos
UF	SP
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 199,55 mi
Tipo de carga	Carga geral - celulose
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	1,82 milhão
Prazo de arrendamento	25 anos



Ponta da Praia – Granéis Vegetais

Nome do terminal	STS04 - Ponta da Praia
Município	Santos
UF	SP
Invest. previst s/ benefic.	R\$ 296,85 mi
Tipo de carga	Grãos
Capacidade anual de movimentação futura (em toneladas)	1,82 milhão
Prazo de arrendamento	25 anos

FONTE: Ministério do Planejamento

ARTE MONICA SOBRAL/K

que os agentes públicos em Brasília se sensibilizem de forma a estimular o desenvolvimento e não o retrocesso.

Ele comparada a Holanda,

que possui um sistema portuário desenvolvido. “Lá, o investidor é carregado nos braços, quando ele tem um projeto sério. As autoridades solucionam

os problemas, ao invés de arranjar outros”. Esta é a questão que, segundo ele, precisa ser superada no Brasil para evitar ainda mais prejuízos.